

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

**I ENCONTRO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**  
**PARA TÉCNICOS DA SEDS**

Relatório Final

Novembro, 2018



# **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**MÁRCIO FRANÇA**

Governador do Estado de São Paulo

**GILBERTO NASCIMENTO JÚNIOR**

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

**PAULO ROBERTO BONJORNO**

Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Social

**EDNA ANDRADE DE SOUZA**

Chefe de Gabinete

**JOÃO RAFAEL CALVO DA SILVA**

Coordenador de Gestão Estratégica

## **EXPEDIENTE**

### **GRUPO DE TRABALHO (GT) VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL:**

Ana Cristina Obata  
Ana Maria Leme da Silva  
Ana Sampaio  
André Luiz Machado de Lima  
Beatriz Aparecida Moreira  
Cleide Delgado  
Danilo Brenn  
Edilson do Carmo  
Guilherme Guimarães Pallerosi  
João Carlos Bertoni  
José Raimundo de Sousa  
José Resende Filho  
Liliana Millan de Brito  
Nayara de Souza Araújo  
Maria Izildinha Dias Dionísio  
Rejane de Meneses Sanches  
Sonia Regina Morato  
Tatiana Morato

### **APOIO:**

Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE)  
Coordenadoria de Ação Social (CAS)  
Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)

## **Apresentação**

A Coordenadoria de Gestão Estratégica \_CGE é o setor com a atribuição de executar a Vigilância Socioassistencial na Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS. A Vigilância Socioassistencial é uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas.

O Encontro de Vigilância Socioassistencial é a primeira ação específica relacionada a consolidação da Vigilância Socioassistencial no estado, tendo como objetivo sensibilizar e fortalecer a área na gestão estadual. A principal diretriz para elaboração deste trabalho foi o Plano Estadual de Assistência Social - PEAS 2016-2019, construído de forma participativa e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social \_ CONSEAS. O evento também vem ao encontro das metas do Pacto de Aprimoramento para os governos estaduais, buscando estruturar e consolidar a Vigilância Socioassistencial conforme normativas e orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social \_ MDS, e por meio dela produzir diagnósticos socioterritoriais do Estado.

A CGE contou com a parceria da Escola de Desenvolvimento Social \_ EDESP, além do trabalho técnico do grupo de trabalho - GT Vigilância Socioassistencial. O GT também contou com representantes das Diretorias Regionais de Desenvolvimento e Assistência Social \_ DRADS de cada macrorregião do estado. Os representantes das macrorregiões foram responsáveis em levar o debate e realizar pesquisas com as DRADS de sua região. Desse modo foi possível realizar o planejamento de um Encontro alinhado com as demandas técnicas e aplicações práticas.

Agradecemos todas as mãos e mentes envolvidas no processo. O formato participativo adotado desde a concepção do evento explica o sucesso deste trabalho. O relatório que segue, consolida todo o processo de elaboração do encontro, contemplando os conteúdos abordados, e resume os ricos debates vivenciados por representantes do corpo técnico da SEDS. Para quem desejar o acesso aos conteúdos completos e outros materiais usados nas apresentações, a CGE deixará disponível no site da secretaria para livre consulta.

Boa leitura.

João Rafael Calvo da Silva,  
Coordenador de Gestão Estratégica

## Sumário

1. Introdução .....	06
2. Concepção do encontro .....	07
3. Resultados da pesquisa junto às DRADS .....	09
4. Palestras com especialistas da área.....	10
5. Experiências de outros estados.....	11
6. Mesa 1 – Experiências de monitoramento e diagnóstico regionais .....	12
7. Mesa 2 – Experiências regionais de fóruns e grupo de trabalho.....	18
8. Mesa 3 - Ferramentas do estado para vigilância socioassistencial .....	25
9. Oficinas para aprimoramento técnico da vigilância socioassistencial .....	32
10. Avaliação do Encontro de Vigilância Socioassistencial .....	39



## Introdução

O “I Encontro de Vigilância Socioassistencial para técnicos das DRADS”, ofertado nos dias 22 e 23 de agosto de 2018, das 8h30 às 17h30, resultou em um importante marco para a consolidação da vigilância socioassistencial no Estado de São Paulo.

Sob a responsabilidade, na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), em conjunto com a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP), o Encontro reuniu diretores e técnicos das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e coordenadores e técnicos das coordenadorias da Seds (Sede), na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP).

O objetivo do Encontro foi fomentar conhecimentos e práticas sobre vigilância socioassistencial no Estado, primeiramente formando o corpo técnico das Drads, para, futuramente, ofertar capacitações, juntamente com as Diretorias Regionais, para os municípios de sua área de atuação.

A metodologia, construída conjuntamente pela CGE e EDESP, privilegiou a abordagem dialógica para desenvolver o tema vigilância socioassistencial. Isso foi feito por meio de mesas temáticas (apresentações expositivas seguidas de debates), e de oficinas dialogadas (rodas de conversa / world café e atividades relacionadas às práticas de trabalho) sobre os temas propostos.

A metodologia empregada fomentou o diálogo e a produção de saberes coletivos entre os participantes do Encontro, os quais foram compartilhados no final da ação formativa por meio de devolutivas das oficinas realizadas.



## Concepção do Encontro

Durante a elaboração do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2016/2019 a secretaria priorizou entre seus objetivos, a consolidação da área de vigilância socioassistencial. Desde então, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS – vem buscando estratégias para implementação da área. Em 2018 a CGE compôs o grupo de trabalho – GT Vigilância Socioassistencial, com representantes de diretorias regionais das 6 macrorregiões do estado de São Paulo e da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. O GT foi responsável em conceber o 1º Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial captando as principais necessidades técnicas da SEDS e transformando as demandas em ações de diálogo e qualificação.

Desta forma, os primeiros trabalhos do GT envolveram pesquisas para avaliação das demandas técnicas e organizacionais da área de vigilância socioassistencial, descrita no próximo item deste relatório. Com base nos dados obtidos, o grupo de trabalho optou em restringir o encontro aos técnicos e gestores da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS, organizando os trabalhos da área, e dando diretrizes para atuação a prática.

O encontro foi planejado para dois dias, 22 e 23 de agosto de 2018 seguindo o roteiro proposto a seguir:

- ✓ Primeiro dia, período manhã – reflexão sobre a área - contou com a presença de palestrantes falando sobre aspectos conceituais e práticos da área de vigilância socioassistencial. As palestras contaram com representantes da academia, sendo elas a Professora Doutora Aldaíza Sposati, e a Professora Doutora Flávia Pires. Em seguida, os representantes dos Estado do Paraná e da Bahia apresentaram as estratégias de seus respectivos estados na gestão da vigilância socioassistencial.
- ✓ Primeiro dia, período da tarde: consolidação das demandas - foi aplicado uma metodologia de oficina de rodas de conversas, onde todos os participantes debateram questões relativas a estratégias de atuação do Estado para implementar e aprimorar a vigilância socioassistencial. A oficina fechou o primeiro dia com uma reflexão coletiva sobre demandas e sugestões de diretrizes de ação.
- ✓ Segundo dia, período da manhã: experiências regionais - os trabalhos focaram nas experiências e estratégias das diretorias Regionais de assistência social – DRADS. Durante a parte da manhã, as DRADS Franca, Grande ABC, Grande São Paulo Leste, Dracena, além da CAS, através da equipe de Proteção Social Especial, apresentaram experiências de fóruns regionais como estratégia para articulação junto aos gestores municipais.
- ✓ Segundo dia, período da tarde: aprofundamento do debate em temas específicos - houve duas oficinas falando sobre diagnósticos socioterritoriais e sobre indicadores sociais. Além disso, houve, concomitantemente, uma mesa debatendo as ferramentas estaduais de vigilância. O evento foi encerrado após um último debate em plenária com todos os participantes juntos, fazendo uma breve avaliação do encontro.

A metodologia, construída conjuntamente, privilegiou a abordagem dialógica para desenvolver o tema vigilância socioassistencial, por meio de mesas temáticas (apresentações expositivas seguidas de debates), de oficinas dialogadas (rodas de conversa / world café e atividades relacionadas às práticas de trabalho) sobre os temas propostos. O encontro também utilizou, como metodologia, a exposição de painéis com diagnósticos e mapas das regiões / municípios representados pelas Drads.

Este formato de evento fomentou tanto o diálogo, como a produção de saberes coletivos entre os participantes do Encontro, os quais foram compartilhados no final da ação formativa por meio de devolutivas das oficinas realizadas. Posteriormente, a Edesp enviou, por e-mail, um formulário de avaliação aos participantes, de onde foi possível aprofundar ainda mais o conhecimento sobre as necessidades da Vigilância Socioassistencial no Estado de São Paulo, norteador ações futuras da CGE, enquanto área responsável, como da Edesp, em relação às diretrizes na educação continuada. O resultado do formulário estará disponível no site da secretaria para livre consulta.





## Resultados da pesquisa junto às DRADS

*Por: GT Vigilância Socioassistencial*

Anteriormente ao I Encontro de Vigilância Socioassistencial para técnicos da SEDS, foram realizadas duas pesquisas com as diretorias regionais - DRADS, ambas elaboradas pela equipe do GT Vigilância Socioassistencial. As pesquisas ocorreram entre abril e junho de 2018.

Na ocasião da primeira pesquisa foi solicitado a indicação dos técnicos de referência da Vigilância Socioassistencial nas DRADS, além de temas de interesse técnico e um levantamento de boas práticas observadas nos territórios. Importante destacar que a indicação de um técnico de referência não implica em função exclusiva nesta temática.

Os resultados da pesquisa apontaram uma situação diversa, onde 66% das DRADS informaram já possuir um técnico de referência. Também foi possível observar alguma experiência técnica, considerando que 80% afirmaram já ter realizado ações de Vigilância Socioassistencial junto aos municípios. No entanto, destas ações, a mais mencionada foi o monitoramento (de dados ou presenciais), não envolvendo necessariamente metodologias mais amplas de análise.

Os temas de interesse mais citados foram a elaboração de diagnóstico socioterritorial, com habilidades e competências técnicas próprias da vigilância socioassistencial, com diretrizes para atuação prática da vigilância Socioterritorial junto aos territórios regionais. As boas práticas municipais indicadas, a maioria foram relativas a diagnóstico socioterritorial.

A partir destes resultados, foi proposta uma segunda pesquisa, também destinada aos interlocutores da temática nas DRADS, com o objetivo de medir o nível de conhecimento acerca do trabalho da Vigilância Socioassistencial. Os resultados gerais foram: 58% dos técnicos regionais informaram saber construir indicadores e gráficos; 77% está apto para planejar ações de supervisão a partir de indicadores e gráficos; e 69% se considera apto a orientar municípios sobre a gestão da rede a partir da análise de indicadores e gráficos. Foi avaliado que devido os diferentes graus de conhecimento demandados, o encontro poderia aprofundar estes temas e trabalhar em médio e longo prazo em ações de educação continuada junto a EDESP.

Com relação as fontes de dados mais utilizadas, com opções dispostas em uma lista (PMAS, RMA, IBGE, CadÚnico, Censo SUAS e Fundação SEADE), 61% respondeu que usa, no mínimo, quatro dessas fontes para consulta. Ao serem questionados para qual atividade faz uso de fontes de dados estatísticos ou indicadores, 35% utiliza para monitoramento e 46% não usa fonte de dados para construção de indicadores. Desta forma verificamos que a maioria conhece e tem acesso às fontes de dados mencionadas para consulta, porém são pouco utilizadas para monitoramento ou construção de indicadores demonstrando a necessidade do fomento ao uso de fontes de dados nas nossas ações de vigilância socioassistencial.

Sobre o diagnóstico socioterritorial, 77% se sente capaz de propor ações a partir de um diagnóstico, porém, 73% não se considera apto a orientar os municípios quanto a elaboração de um diagnóstico e 58% afirmou não conhecer metodologias utilizadas na elaboração de um diagnóstico evidenciando a necessidade de mais ações formativas nesta área.



## Palestras com especialistas da área

*Apresentação: Profa. Dra. Aldaíza Sposati e Profa. Dra. Flávia Gomes Pires*

### **VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E SUA PRÁTICA NO TERRITÓRIO**

A palestra teve início com a fala da Professora Doutora Aldaíza Sposati que estimulou a reflexão dos participantes do Encontro sobre a função Vigilância Socioassistencial na Política Pública de Assistência Social reconhecendo a importância de sua realização para a sociedade e para o controle social. Em seguida, a Professora Doutora Flávia Pires desenvolveu o tema em uma perspectiva da importância na geração de conhecimentos voltados à prática das políticas públicas.

Neste contexto, destacou-se o uso de ferramentas e instrumentos para gerenciamento da política pública, não devendo ser limitados a mera condição de dispositivos que no âmbito institucional se tornam ações mecânicas do órgão de gestão da política de assistência social. A grande função da área de Vigilância Socioassistencial é dar luz ao acesso a direitos de cidadania, e para isso precisa produzir informes (produtos consolidados e públicos) que revelem sobre as múltiplas e reincidentes situações de desproteção social sofridas e impostas a parcela da população.

A complexidade da função Vigilância Socioassistencial para o processo de gestão da política de assistência social deve receber o efetivo apoio técnico e a formação e capacitação dos agentes que operam e exercem essa responsabilidade pública. O suporte técnico profissional precisa ser contínuo, pois trata-se de um sistema que precisa ser desenvolvido na prática cotidiana para preceder, seguir e analisar os impactos após a ação desenvolvida e implementada. As características da vigilância, antecede, acompanha e avalia as necessidades socioassistenciais dos territórios. Isto dá um papel ativo à área, executando o contínuo registro de demandas de desproteção social, a avaliação da cobertura de serviços, atenta aos territórios e suas heterogeneidades, suas particularidades, enfim, caracterizando a população, segundo seus os recursos cotidianos e as demandas em relação a política pública.

Por fim, as palestrantes colocaram a importância das articulações entre as três esferas de governo (municipal, estadual e nacional) resgatando o sentido de fortalecer a vigilância socioassistencial como força ativa que informa a sociedade sobre a realidade das expressões de desproteção social que ocorrem na população, contribuindo para que a sociedade amplie seus esclarecimentos, o controle social da política seja exercido e seja ampliada a ação do Judiciário e da Justiça na efetivação da proteção social distributiva.

Vale esclarecer que, foi disponibilizado um texto para a apresentação da Professora Aldaíza Sposati *“Vigilância Socioassistencial: Condição para Afirmação do Direito Socioassistencial no Âmbito da Proteção Social Distributiva”*, o qual foi utilizado para realizar a síntese do resgate de sua fala no evento.



## Experiências de outros estados

*Apresentação: Laura Peixoto Bamberg (Bahia) e Ricardo Michelli (Paraná)*

Um processo virtuoso de aprimoramento das nossas ações envolve “sair da caixinha” e aprender com boas práticas realizadas por outros atores que possuem objetivos semelhantes aos nossos. Conhecer as experiências e trajetórias de outros estados é contribuição que fortalece a Vigilância Socioassistencial, tanto pelas trocas vividas, como um gatilho para encontrar novos caminhos.

Com base nos trabalhos do XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial, o GT optou por convidar dois Estados com características semelhantes e experiências interessantes. Foram selecionados os estados da Bahia e do Paraná.

A Bahia possui um trabalho de apoio técnico e monitoramento integrado das ações do SUAS no território, trabalhando com uso de indicadores de gestão e uso de equipe volante, o Estado encontrou uma metodologia própria para implementação da Vigilância Socioassistencial. A sua metodologia de atuação proporciona reflexões sobre a atuação do estado de São Paulo, que possui desafios semelhantes, como território extenso e diferenças inter-regionais que demandam estratégias operacionais específicas. A técnica de referência da Vigilância Socioassistencial, Laura Peixoto Bamberg foi quem apresentou o trabalho da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia.

O estado do Paraná apresentou sua experiência no uso de uma ferramenta de monitoramento e análise, o sistema BI (*Business Intelligence*) de processamento das informações do Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais. Vale dizer que SEDS também possui um BI, em fase ainda de implementação, que além do CadÚnico utiliza outras diversas bases de dados. Para essa apresentação, contamos com a participação do Ricardo Michelli, coordenador de Gestão do SUAS na Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Foi importante observar como Bahia possui uma grande extensão territorial e não possui gestão descentralizada, como em São Paulo com as DRADS. Por isso adotou como estratégia desenvolver indicadores que categorizassem os municípios por nível de fragilidade de gestão e execução do SUAS. Desse modo, o planejamento das ações de acompanhamento técnico parte de um planejamento estratégico, ou critérios previamente pensados e pactuados com os entes do SUAS. Segundo o relato, este discernimento técnico tem contribuído para que a vigilância socioassistencial consiga dar diretrizes para as ações da política de assistência social do estado baiano.

Já no Paraná, foi identificada a oportunidade de potencializar o CadÚnico como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A partir da implementação do BI, foi possível identificar os públicos prioritários, por meio da dinamização do acesso de dados e da qualificação da informação. Isso porque o preenchimento do CadÚnico é feito pelos próprios municípios, tornando a base de informações mais fidedignas e, assim, catalisando a atuação da vigilância socioassistencial no território.

Para conhecer mais sobre as duas iniciativas, é possível acessar seus relatos no blog da Rede SUAS, por meio do endereço eletrônico: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/experiencia-do-estado-da-bahia/> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/experiencia-do-estado-do-parana/>.



## Mesa 1 - Experiências de monitoramento e diagnóstico regionais

As mesas do segundo dia de evento tiveram o intuito de apresentar experiências consideradas bem-sucedidas e debater aspectos que possam ser reproduzidos para outras regiões.

A Drads Alta Paulista apresentou a trajetória do trabalho de acompanhamento técnico, envolvendo um aprimoramento das atividades de monitoramento de dados, visitas técnicas e articulação entre a rede de atendimento, os órgãos gestores e conselhos municipais.

Em seguida, representantes da Proteção Social Especial da CAS apresentou uma experiência junto a Drads Campinas e aos municípios da sub-região do aglomerado Jundiaí sobre diagnóstico voltado ao atendimento da população em situação de rua.

Ambos relatos serviram para uma conversa sobre o uso de informações técnicas e diálogo entre técnicos, gestores e conselheiros para superação de dificuldades ou aprimoramento da prestação de serviços à população.



## O processo de monitoramento dos programas, projetos e serviços socioassistenciais

*Apresentação: Rejane de Menezes Sanches, Mirian Rodrigues de Melo, Esmeralda Hissami Sato*

A DRADS APL Dracena apresentou sua experiência sobre a ação de monitoramento dos programas, projetos e serviços socioassistenciais provocando uma reflexão sobre os processos de monitoramento. A construção desta metodologia foi um processo com muita experiência acumulada, com uma trajetória rica em contribuições, construída de forma coletiva, envolvendo também momentos de debates com as DRADSs pertencentes a Macro II.

Esta experiência se passou ao longo de um período estendido, sendo aprimorado sistematicamente, modelando ações de monitoramento de dados voltados à melhoria das práticas municipais. O monitoramento é compreendido como uma das etapas do ciclo da gestão pública que se inicia com a coleta e análise sistemática de dados e informações sobre a execução dos programas, com a finalidade de verificar se o cumprimento dos objetivos e metas inicialmente planejados. Logo, práticas como a elaboração diagnóstico socioterritorial, monitoramentos e avaliação das ações da assistência social têm um papel fundamental na gestão do SUAS, contribuindo desde a tomada de decisão no ciclo de gestão da política pública de assistência social até seu aprimoramento sistemático.

Para melhor esclarecer sobre o trabalho de monitoramento, Paulo Januzzi (2009) classifica como um processo político-administrativo voltado à elaboração e aprimoramento das políticas públicas. Neste sentido, a área de Vigilância Socioassistencial é possui a meta de trazer subsídios às atividades de planejamento, assim como à gestão, ao monitoramento, e às tomadas de decisão, com informações estratégicas sobre os serviços ofertados à população.

Neste contexto, conhecer a evolução histórica da vigilância social contribui bastante para a compreensão do presente. A DRADS da Alta Paulista, em Dracena, foi criada pelo Decreto n.º 49.688 de 17/06/05 e instalada em novembro de 2005 e desde então a questão estrutural e funcional da DRADS tem impactado no processo da construção da metodologia e estratégias para efetivação do monitoramento dos serviços socioassistenciais executados pelos municípios. A Alta Paulista é composta por 22 municípios, os quais compõem o território da DRADS Alta Paulista desde o ano de sua implantação. Segundo estimativa da Fundação SEADE, a região de abrangência desta DRADS conta com aproximadamente 258.968 habitantes em 2018. O município de Dracena é o mais populoso, seguido de Adamantina e Osvaldo Cruz. Entre 2010 e 2018 a região cresceu (0,27% ao ano), porém um crescimento inferior à média estadual (0,82%). A região apresenta uma média de urbanização inferior à média estadual (82,11% contra 96,42%).

O território de abrangência da regional assistência social de Alta Paulista possui 19 municípios com menos de 20 mil habitantes e 3 com populações entre 30 mil e 45 mil habitantes, sendo apenas 2 destes com nível de gestão plena, e os demais em gestão básica. Localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo, faz fronteira com Alta Sorocabana, Alta Noroeste, Marília e o Mato Grosso do Sul. Formou-se entre as décadas de 1930 e 1960, ou seja, no período final da economia cafeeira e na fase inicial da economia urbano-industrial brasileira. Essa é uma das últimas regiões a serem ocupadas no Estado e esteve ligada à agropecuária (café), à construção da ferrovia e à especulação fundiária. Todos estes fatores trazem particularidades à gestão da assistência social, mas também semelhanças com outras regiões.

Para quantificar a demanda de acompanhamento técnico, com base nos dados do PMASweb 2018/2021, a região conta em 2018 com uma rede socioassistencial nos 22 municípios, a rede socioassistencial direta conta com 22 Órgãos Gestores Municipais de Assistência Social, além de 23 CRAS; 4 CREAS; 22 Centros de Atendimento à Criança e adolescente, 07 CCI-Centro de Convivência do Idoso, 02 CDI-Centro Dia Para Idosos. Totalizando 80. A rede indireta, composta por OSCs - Organizações da Sociedade Civil é composta por 21 OSCs da PSB -Proteção Social básica, 11 OCSs da PSEM-Proteção Social Especial de Média Complexidade e 19 OSCs da PSEA-Proteção Social Especial de Alta Complexidade. (Fonte- PMASWEB 2018-2021). As Organizações da Sociedade Civil com cofinanciamento do FEAS totalizam 51. Esta quantificação possui uma relação direta com a definição de estratégias no processo de monitoramento, bem como a sua complexidade em relação aos padrões, tipo e volume.

Uma das principais ferramentas de acompanhamento técnico é um desenvolvido com base em um material elaborado pelas coordenadorias CAS/CGE anos atrás, recebendo adaptações. O mesmo instrumental serve como relatório descritivo seguindo um *check list*. Este material vem sendo resultado de diversas adaptações e melhorias, incorporando também a observação das metas do pacto de aprimoramento dos municípios. A organização segue a mesma lógica de outros sistemas de gestão e planejamento da SEDS, como os eixos dos sistemas SIGSUAS e PMASweb. A periodicidade é semestral, estabelecida para as visitas técnicas, acompanha a prestação de contas do FEAS.

A gestão da Drads possui intensos desafios, frente diversos aspectos, referentes ao contexto regional, ao aumento das demandas, considerando que a Drads faz a gestão territorial de outras duas políticas públicas, além da assistência social: a segurança alimentar e de enfrentamento e combate as drogas. Uma estratégia experimentada para o monitoramento e supervisão das ações foi a divisão dos técnicos do NUASU entre PSB e PSE e programas específicos, tomando como parâmetro na PNAS/2004. No entanto, com o decorrer do tempo, avaliou-se que a insuficiência de técnicos foi um fator limitante para a divisão em PSB e PSE, voltando à um modelo mais geral. A

estratégia encontrada foi a divisão dos municípios entre os dois técnicos do núcleo de avaliação e supervisão - NUASU, considerando a complexidade existente.

Os critérios de divisão dos territórios entre o corpo técnico foi o porte habitacional, o tamanho da rede socioassistencial (dividindo-se 1 técnico com 12, e o outro com 10 municípios). Além das visitas técnicas, são realizados encontros e reuniões em pequenos grupos para acompanhamento e reflexão das ações dos serviços realizados pelos órgãos gestores municipais, CRAS, CREAS incluindo os programas e projetos específicos (Recomeço, Viva Leite, São Paulo Amigo do Idoso e Criança Feliz).

Todo trabalho de acompanhamento técnico precede da consulta aos principais sistemas da informação como da Rede SUAS, PMASweb e outros, para obtenção de dados e reflexão entre real situação e os padrões dos serviços, programas e projetos e benefícios. Assim, a DRADS estabeleceu um fluxo de procedimentos técnicos e documentais balizados na estrutura operacional, demandas atuais, legislações e instruções normativas dos órgãos executores, de controle social e fiscalizadores. Assim, o processo inicia-se com o planejamento mensal das atividades, levando-se em consideração as demandas internas, as regionais, e das demais Coordenadorias da SEDS. Esta demanda é compatibilizada com disponibilidade de tempo, RH e recursos de diárias e transporte; construindo um cronograma mensal.

Durante as visitas técnicas, o gestor municipal de assistência social é convidado a acompanhar na visita aos equipamentos sociais e serviços socioassistenciais. Considerando a descentralização da assistência social e a lei 13.019 de 2014 a DRADS passou a realizar as visitas técnicas somente na rede direta cofinanciada pelo FEAS. No entanto, as visitas técnicas foram mantidas para a rede indireta por conta das parcerias com OSCs do CONDECA e CEI-Conselho Estadual do Idoso. A consulta aos vários sistemas e o registros dos instrumentais de visita técnica, possibilita maior clareza na análise conjunta com o Gestor Municipal. Após o registro das situações são observadas e refletidas com a Gestora Municipal de Assistência Social, por fim assinado pelas partes participantes.

A consolidação do trabalho de acompanhamento se dá com a elaboração de um ofício dirigido ao Prefeito Municipal com os apontamentos e as recomendações para o aprimoramento da gestão, e solicitação de encaminhamento ao Órgão Gestor da Assistência Social e Conselhos das áreas afins. O município por sua vez responde por ofício em relação as situações de curto prazo para solução e para as demais situações, principalmente para as mais complexas, há a elaboração do “plano de providências” com aprovação do CMAS.

A equipe da DRADS vem capacitando e habilitação os municípios para utilização do sistema SigSUAS, como ferramenta de registro e monitoramento das ações de melhoria acordadas durante este processo.

Concluindo a narrativa desse processo de construção do monitoramento como uma das ações da Vigilância Socioassistencial, pode-se destacar que o registro das ações de monitoramento, propicia uma importante reflexão sobre as ações desenvolvidas pelos municípios e pela DRADS. A formalização ao Gestor Municipal das recomendações para o aprimoramento da gestão do SUAS, o estabelecimento de novas estratégias frente as limitações técnico-operacionais da DRADS, a produção de material para gestão operacional e órgãos fiscalizadores (processo fundo a fundo) e o Monitoramento são ferramentas para subsidiar o planejamento e o relatório de gestão anual da DRADS.

## **População em Situação de Rua nos municípios do aglomerado urbano de Jundiaí: A Experiência de construção de uma diagnóstico regional, participativo e coletivo**

Apresentação: *Juliana Oliveira dos Santos, e Luciana Bolognini Ferreira Machado*

Em 2015, os municípios pertencentes ao Aglomerado Urbano de Jundiaí<sup>1</sup> informaram à Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Campinas (DRADS/Campinas), aumento significativo da população em situação de rua na região frente a carência de serviços socioassistenciais (Centro Pop, Casa de Passagem e Abrigos) para este público.

A temática da população em situação de rua envolve preconceitos e discriminação, esta população é vítima de violações de direitos por parte da sociedade e do próprio poder público. Caracterizada por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular (Brasil, 2009). São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. Percebemos nos relatos que são um grupo que não pertence a lugar nenhum, sendo expulso dos territórios.

Os municípios participantes, por meio da política de assistência social, relataram dificuldades enfrentadas entre elas: falta de serviços de acolhimento institucional e ausência suporte por parte do estado, com a oferta de serviços regionalizados para realização do atendimento a esse público tão vulnerável.

Uma das demandas apresentadas foi a proposta de articulação regional sobre o atendimento das pessoas em situação de rua nos municípios, e foi fato comum o relato sobre comunidades terapêuticas que atuam na região, estas recebem pessoas vindo de várias localidades e que ao deixarem as comunidades, sem nenhum tipo de apoio, chegam a este conjunto de municípios, tornando se fator de agravamento da situação.

Diante desse cenário percebeu-se a necessidade de articulação regional para enfrentar as dificuldades apresentadas pelos municípios do aglomerado urbano. Compreendendo as demandas colocadas pelos municípios a DRADS/Campinas solicitou a contribuição da equipe técnica atuante na Proteção Social Especial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), afim de constituir um grupo de trabalho que possibilitasse a reflexão sobre a temática de forma a contribuir com a qualificação do atendimento a esta população. O Grupo de Trabalho foi composto por representantes da Coordenadoria de Ação Social/ Proteção Social Especial, da Diretoria Regional de Assistência Social – DRADS Campinas e gestores e técnicos dos municípios da região. O grupo se reuniu bimestralmente durante o ano de 2016

Durante os encontros foi apresentado um retrato da região com base nos dados do Censo SUAS e PMASWEB, Os participantes indicaram que os dados apresentados não representavam o real cenário dos municípios, principalmente no que dizia respeito à previsão mensal de atendimento à população em situação de rua. Após essa análise

ficou salientada a importância da realização de um diagnóstico para identificar a real demanda de atendimento da população de rua.

O município de Franca/SP realizou a análise da sua região para o reordenamento institucional da Política de Assistência Social. Durante o processo foi utilizado como referência o conceito de “leitura do mundo” de Paulo Freire, entendido como a ação fundamental para que todos inseridos no processo possam aprofundar o conhecimento territorial.

A leitura do mundo possibilita que seja revelado poderes instituídos, conjunturas desfavoráveis, conservadorismo, reconhecer a realidade e interagir com ela, na perspectiva de transformá-la. Além disso, estabelece uma relação dialógica entre o nosso conhecimento e o conhecimento da população, permite a reconstrução do saber. Possibilita a construção e execução coletiva de ações e estimula a intersetorialidade, fortalece os atores envolvidos e promove uma articulação efetiva.

A experiência desenvolvida pelo município de Campinas foi por meio da parceria PUC-Campinas e a Prefeitura de Campinas, dentro do Projeto de Extensão Parque Linear Ribeirão das Pedras. A metodologia desenvolvida neste projeto contemplou as etapas de: coleta de dados, interpretação e análise, construção do diagnóstico urbano, elaboração de diretrizes de projeto e desenvolvimento de alguns ensaios.

A apresentação destes trabalhos e das metodologias que foram utilizadas serviu para que o grupo de trabalho do Aglomerado Urbano Jundiaí pudesse ter fontes e referência para elaboração da metodologia que seria adotada para realizar o diagnóstico regional. Conhecer o local, buscar informações em fontes primárias, fazer a observação da dinâmica do território, ter conhecimento sobre os serviços que são ofertados, estabelecer relação com pessoas que moram ou circulam pelo território, dando-lhes voz e possibilidade de opinar sobre seu território e suas necessidades proporciona um profundo conhecimento sobre a realidade.

Após a apresentação de possibilidades metodológicas, foi proposto que os municípios realizassem suas idas ao território (campo de pesquisa), que fizessem suas leituras, procurando colher informações da dinâmica do território, procurando elementos que fossem ao encontro dos objetivos do diagnóstico:

- Identificar a oferta de serviços, programas e projetos socioassistenciais existentes direcionados a população em situação de rua.
- - Verificar as dificuldades enfrentadas no atendimento à população em situação de rua na região do aglomerado de Jundiaí
- - Contribuir com articulação regional entre os municípios do aglomerado

Com os objetivos da pesquisa definidos, e a partir das discussões feitas e das necessidades apresentadas foi construindo um instrumental para registro das percepções da leitura de mundo, este instrumental foi composto por seis dimensões/blocos:

- Bloco 1 – Ofertas existentes
- Bloco 2 – Demanda por ofertas de serviços
- Bloco 3 - Identificação da demanda
- Bloco 4 - Programas, Projetos e Ações Intersetoriais
- Bloco 5 - Qualificação da oferta



- Bloco 6 - Dificuldades Existentes

O instrumental foi encaminhado aos municípios para que estes pudessem avaliar se o conjunto de informações requeridas atendia as necessidades para o diagnóstico. Participaram do levantamento de informações os sete municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Jundiaí. Durante os encontros realizados neste período, gestores municipais, técnicos da rede socioassistencial juntamente com a equipe da SEDS e DRADS Campinas, discutiram os resultados levantados há cada mês, possibilitando a identificação de melhorias no levantamento dos dados.

Após o levantamento, verificou-se a necessidade de:

- Protocolo regional que estabelece padrões e fluxos de atendimento entre os municípios;
- Discussão sobre a circulação das pessoas em situação de rua (itinerante, trecheiro, 'de passagem')
- Identificação do fluxo de circulação – De onde vem/ para onde vai
- Oferta de passagens – padronização de critérios de concessão
- Oferta de Acolhimento institucional em todos os municípios
- Possibilidade de fixação no território

Outro ponto que surgiu durante o levantamento das informações é presença de uma comunidade terapêutica no território que impacta nas demandas de Assistência Social e Saúde, indicando a necessidade de articulação com órgão do Sistema de Garantia de Direitos.

Neste processo os municípios tiveram a oportunidade de refletir sobre a oferta dos serviços, a demanda existente no território, necessidade de ampliação da rede. Com a metodologia de Leitura de Mundo (Paulo Freire) estimulamos os municípios olharem para seus territórios na busca de conhecê-los nas suas diversas dinâmicas. As equipes envolvidas foram protagonistas na construção do conhecimento e puderam perceber as necessidades existentes para o trabalho em rede e regional. Um dos desafios a ser superado são os atendimentos pontuais a população em situação de rua, como o fornecimento de passagens para o município vizinho, não garantindo o trabalho social previsto na Política de Assistência Social.

Apesar do processo rico em trocas de informações, não foi possível dar continuidade ao trabalho devido a troca de gestão ocorrida nos municípios. Outro ponto que merece destaque é o impacto que os trens metropolitanos causam nas cidades 'fim de linha' como a região de Jundiaí. Existe um histórico no Estado de São Paulo de distribuição de passagens de trem para pessoas em situação de rua e itinerantes. Apesar de grande parte da rede ferroviária ter sido desativada, a prática no estado continua ocorrendo. Ainda assim, vemos a necessidade de continuidade do trabalho, apresentado os resultados do diagnóstico para os novos gestores e ampliar o diagnóstico para outras regiões, como o Alto Tietê (DRADS Grande São Paulo Leste) que apresenta características parecidas, como a presença de linha de trem metropolitana e solicitou apoio da SEDS para discussão sobre a temática.



## Mesa 2 - Experiências regionais de fóruns e grupo de trabalho

As experiências das DRADS Grande São Paulo Leste em Mogi das Cruzes e DRADS Grande São Paulo ABC em Santo André trataram diretamente da temática da Vigilância socioassistencial, sendo uma oportunidade aos trabalhadores e trabalhadoras se abrirem para novos conhecimentos e se mobilizam para ações práticas.

A DRADS Franca apresentou o “Grupo de Estudo e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS – GECCATS”, como experiência de educação continuada, enquanto a DRADS Grande ABC apresentou sua experiência junto a outro fórum, organizado como Grupo de Trabalho para a consolidação da vigilância socioassistencial, composta pelos 7 municípios daquele território. Por fim, a experiência da DRADS Grande São Paulo Leste em Mogi das Cruzes mostrou o histórico e os resultados do fórum voltado ao aprimoramento e articulação da área de vigilância entre os municípios daquela região.

---



### GT Vigilância Socioassistencial Grande ABC

*Apresentação: Lucilene de Camargo Rocha*

O contexto de implantação do GT foi aconteceu o 2º módulo do CapacitaSUAS no SENAC Santo André, envolvendo os municípios de abrangência da DRADS ABC, Baixada Santista e Osasco, ocorrido em maio de 2016. Ao final da capacitação os participantes do ABC declararam interesse em ampliar a discussão do tema, de forma a sensibilizar as gestões da importância da Vigilância Socioassistencial, como estratégia para a qualificação dos serviços, programas e benefícios, assim como uma função intrínseca da Política Pública de Assistência Social, como a Proteção Social (garantia de proteção, redução de danos e prevenção da incidência de riscos), a Defesa de Direitos (garantia do pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais), Vigilância Socioassistencial (análise territorial da capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos).

Para tanto, o tema “vigilância” foi incluído no cronograma de um Grupo de Trabalho (GRETAS), que reúne trabalhadores da assistência social para a discussão e produção de saberes referente a Política Pública da Assistência Social. Na oportunidade, foi convidado a Professora Doutora Tatiana Rodrigues Bruno para conduzir o tema, realizado em agosto de 2016. A iniciativa produziu o impacto esperado junto as gestões e possibilitou a instituição de um grupo de trabalho específico sobre vigilância socioassistencial.

A formalização do GT aconteceu em setembro de 2016, durante o encontro com servidores lotados nos setores/departamentos de vigilância para um encontro na DRADS ABC. Nesta ocasião foi consolidado o compromisso junto aos gestores municipais, indicação de uma referência, garantindo a presença e prevenindo

rotatividade, conforme calendário. Outro consenso foi de tentar esgotar as trocas de experiências e saberes dentro da região para, em seguida, ampliar o contato para outras regiões, assim como universidades, institutos etc. Toda a produção do GT deveria ser registrada, como forma de materializar o trabalho, com um calendário definindo datas, horários, temas e uma pessoa para ser o facilitador da reunião. Outro acordo foi do GT ser rotativo nos municípios, possibilitando também o conhecimento dos participantes da estrutura física de cada setor/departamento de vigilância. Por fim, apesar do caráter de aprimoramento sistemático, o GT deveria ter início, meio e fim, para ser inserido posteriormente em um cronograma de educação permanente.

A primeira tarefa de todos os municípios, assim como da SEDS/DRADS foi uma auto apresentação e construção de um Painel Regional de Vigilância Socioassistencial. No entanto, no início de 2017 aconteceu a mudança das gestões municipais, assim como de muitos dos servidores responsáveis pela Vigilância Socioassistencial. Após a recomposição do grupo, retomamos ao cronograma de atividade, com reuniões rotativas, mensais, com leve alteração nos temas, respeitando o movimento e as necessidades dos atuais participantes. Iniciaram-se então, pesquisas sobre os temas, legislações e ferramentas; oficinas e exercícios do uso das ferramentas de vigilância; simulação da aplicabilidade das ferramentas públicas disponíveis; análise e sistematização de dados; produção de relatórios e planilhas na configuração de diagnósticos gerais; registro e socialização das produções.

Em 2018, durante avaliação do processo, os membros decidiram que as principais dificuldades para a consolidação e o reconhecimento da validade das ações da Vigilância Socioassistencial dentro da Política Pública da Assistência Social estavam solucionadas, cumprindo o objetivo inicial do GT. Embora o reconhecimento de que o tema deva ser permanentemente abordado, a fim de garantir os processos municipais e regionais, foi alegado uma sobrecarga de atribuições aos servidores. Logo, decidiu-se que os encontros do GT deveriam ser mais espaçados (trimestral) e futuramente inserido no âmbito da Educação Permanente, possibilitando uma maior abrangência.

#### PRODUÇÃO GT VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL GRANDE ABC

- Sistematização dos dados levantados durante a apresentação dos processos individuais dos municípios participantes, para a elaboração dos diagnósticos socioterritoriais – gestão da Informação/ferramenta;
- Oficina para a identificação de ferramentas de diagnóstico;
- Estudo do sistema PMASweb;
- Oficina de Manipulação e Tratamento de Dados Sociais no EXCEL.

#### RESULTADOS

- Sensibilização das Gestões para a importância da Vigilância Socioassistencial para qualificação dos serviços/programas/benefícios ofertados;
- Formalização dos setores/coordenadorias de Vigilância Socioassistencial dentro dos municípios (decreto/organograma);
- Utilização sistemática do sistema PMASweb como mais uma ferramenta de monitoramento municipal;

- Aproximação/fortalecimento das equipes de Vigilância Socioassistencial;
  - Troca de experiências e construção de uma rede intermunicipal.
- 

## **A experiência do Grupo de Estudo e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS – GECCATS**

*Apresentação: Talismara Guilherme Molina; Tatiana Roberta Borges Martins.*

Para fomentar encontros e trocas de experiências, buscando a qualidade dos serviços e o aprimoramento profissional que o GECCATS foi gestado, em um momento ainda bastante incipiente da institucionalização do SUAS no país, quando se buscava construir caminhos para a implantação efetiva dos CRAS, em uma região composta predominantemente por municípios de pequeno porte, onde a sensação de isolamento profissional é presente e os processos de capacitação são escassos.

O grupo iniciou em 2009, após a capacitação da Fundação Vanzolini no estado de São Paulo e uma das grandes motivações para a criação deste grupo de educação permanente foi à necessidade de aproximação das técnicas da DRADS (Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social) com as técnicas e técnicos dos municípios, em um contexto de mudança indispensável de uma relação verticalizada estado-município para uma construção coletiva e horizontal, respeitando as atribuições institucionais de cada ente.

O objetivo do GECCATS, desde a sua formação é propiciar um espaço de trocas de experiências, estudo e reflexão acerca das legislações, documentos de orientação e processos de trabalho no SUAS, além de palestras informativas sobre a política de assistência social.

Os encontros regionais acontecem mensalmente e são desenvolvidos temas específicos que buscam subsidiar a prática profissional no SUAS. Participam do Grupo, gestoras/es e técnicas/os de nível superior dos 23 municípios e da DRADS, totalizando 78 profissionais: assistentes sociais, psicólogas/os, pedagogas/os, administradoras/es públicas/os e terapeutas ocupacionais, lotadas/os nos CRAS, CREAS e Órgãos Gestores dos municípios da região, sendo que a grande maioria são servidoras/es públicas efetivas/os;

Ao longo de 09 anos de existência, o modo de funcionamento do GECCATS foi se aperfeiçoando ao ponto de contar com um regimento interno construído coletivamente, no qual se define as condições necessárias para o cumprimento dos objetivos do grupo: participação, representação, forma de desenvolvimento dos temas, encontros regionais mensais, encontros descentralizados, comissões organizadoras, reuniões em sub-regiões, comunicação, avaliação, entre outras.

Para cada encontro é instituída uma comissão organizadora composta por representantes de dois municípios da região administrativa e da equipe da DRADS, em forma de rodízio, de modo que todos os municípios participam ao menos uma vez ao ano. Os organizadores dividem as responsabilidades na organização e realização de cada encontro. Esta dinâmica de condução de atividades coletivas já se traduz em

processos democráticos de participação que agregam competência à prática profissional. Os assuntos discutidos nos encontros são definidos a partir das demandas e necessidades emergentes da prática profissional cotidiana, apontadas pelos membros do grupo e avaliadas como prioritárias pela maioria das/os participantes.

O grupo conta com a participação e coordenação de técnicas/os da DRADS, que incorporam esta atividade como parte da rotina diária de trabalho. Também são disponibilizados os equipamentos necessários para os encontros e os municípios apoiam o grupo no fornecimento do lanche e nas eventuais contratações de especialistas. Contudo, considera-se fundamental agregar investimentos financeiros direcionados para potencializar as ações do grupo. As comissões são definidas por sub-regiões para facilitar o contato e a própria organização.

É possível considerar que o GECCATS integra trabalhadoras/es de municípios e estado, contribuindo para a horizontalidade da relação entre os entes, integra trabalhadoras/es da proteção social básica e especial, facilitando o exercício do trabalho interproteção e realiza uma forma de educação permanente, não a forma estruturada e desenhada nas legislações, mas que possui continuidade e metodologia participativa.

O que se procura fortalecer na região de Franca são as estratégias coletivas, porque há o entendimento que é dessa forma que se poderá enfrentar determinadas situações e é justamente isto que o GECCATS faz: estratégias coletivas, tanto na sua maneira de trabalhar e conduzir os encontros, como nos conteúdos que dissemina. O Grupo possui instrumentais de funcionamento, que é o planejamento com o objetivo de cada ação e também são realizadas as avaliações de cada encontro. As comissões utilizam destas avaliações para planejar as estratégias de educação permanente. São avaliados os seguintes itens: conteúdo, temas, organização, metodologia, programação, relevância para o trabalho, estrutura e comprometimento profissional, pessoal e institucional.

Avaliamos que existem melhorias a serem implementadas no GECCATS, como comissões específicas de estudo nas microrregiões, que ficam limitadas pelos poucos profissionais existentes nos municípios da região e o acompanhamento das metas que o grupo pretende estipular para as gestões municipais, o que pode ser considerado como formas de vigilância socioassistencial. Outros pontos a serem aperfeiçoados é a atuação das/os participantes como multiplicadoras/es dos conteúdos do GECCATS nos municípios, bem como o financiamento do estado.

O Grupo auxilia a DRADS no assessoramento sistemático e acompanhamento dos municípios:

- ✓ Cria indicadores de pontos sensíveis da gestão e das ofertas de serviços, dando vazão as angústias e descobertas do cotidiano de trabalho no SUAS;
- ✓ Reflete sobre os dados e informações nos territórios de abrangência;
- ✓ Incentiva, pela sua forma de organização e conteúdos disseminados, a gestão do território, a produção de registros e a identificação de desproteções sociais;
- ✓ Exercita o planejamento e avaliação;
- ✓ Utiliza as fontes oficiais de informações e monitoramento;
- ✓ Redireciona a tomada de decisão;

- ✓ Visa a qualificação dos serviços socioassistenciais;

É possível afirmar que o GECCATS traz repercussões positivas para toda a região, pois, os profissionais que atuam na assistência social, principalmente nos CRAS, ganharam um espaço onde podem aprimorar os conhecimentos e desenvolver um trabalho mais assertivo que pode culminar na prestação de serviços com mais qualidade para os usuários, levando em consideração que o trabalho da assistência social está fortemente apoiado na formação técnica e política do seu quadro de pessoal. E por outro lado e de um modo particular, as técnicas da DRADS, executam o papel atribuído ao estado de fomentar capacitações de atualização técnica, além de pactuar e disseminar conteúdos para os trabalhadores do SUAS. (CNAS, 2013).

---

## **Coletivo de vigilância socioassistencial do Alto Tietê**

*Apresentação: José Resende Filho e Karina Rodrigues*

Qual a importância da Vigilância Socioassistencial nas DRADS? Dentre as muitas respostas, destacamos: o eixo norteador do monitoramento; a garantia de condições de análises mais precisas das situações de risco e vulnerabilidades, assim como as potencialidades territoriais nos municípios atendidos; o fortalecimento das relações entre os gestores municipais e a DRADS; a redução da “distância” entre os gestores municipais e a prática cotidiana; e por fim, a qualificação do discurso de atores e instituições sobre as dimensões da política de assistência.

A Vigilância Socioassistencial surgiu como pauta na DRADS Grande São Paulo Leste na primeira reunião regular com os serviços socioassistenciais, em março de 2016. Essa pauta foi retomada em dezembro de 2016, em outro encontro regular dos serviços, com a proposta de ser trabalhado o tema mais a fundo em 2017, garantindo o comprometimento dos dez municípios da região. Em março de 2017, com a presença de um membro da vigilância do município de Suzano, foi sugerida a criação de uma comissão para tratar especificamente do assunto, deixando a vigilância de ser uma pauta dos encontros regulares dos serviços socioassistenciais, para passar a ser um grupo específico de trabalho.

A comissão foi constituída por um representante da DRADS (José Resende), um representante de Mogi das Cruzes (Adriana Santos) e um representante de Suzano (Joari Carvalho), uma vez que só existiam equipes instituídas de vigilância nesses dois municípios. Qual era o papel da Comissão? Disseminar as práticas e experiências dessas duas gestões para os demais municípios do Alto Tietê, com os intuitos de contribuir para a evolução e consolidação da vigilância nestes e a implantação de equipes e práticas nos demais.

Partindo da ideia de disseminação, a comissão resolveu realizar o 1º Encontro Regional de Vigilância Socioassistencial do Alto Tietê, contando com o apoio fundamental do CONDEMAT - Consórcio de Desenvolvimento do Municípios do Alto Tietê, e dos municípios de Mogi das Cruzes e Suzano que já se encontravam à frente dos demais quanto ao assunto. O 1º Encontro seria usado para divulgar as práticas do

município de Pindamonhangaba, bem desenvolvido na área, além das experiências de Mogi das Cruzes e Suzano, numa tentativa de estimular tais práticas nos demais municípios.

Antecedendo o Encontro, foi elaborado um questionário que solicitava informações básicas sobre as equipes e práticas de vigilância socioassistencial nos municípios da região, já avisando que a equipe informada seria convidada a participar de um encontro formativo. Em posse dessas respostas, fizemos gráficos comparativos com as informações prestadas no PMAS/2017 e elaboramos um diagnóstico básico da região para apresentação pela DRADS no dia do Encontro. O questionário ajudou muito o comprometimento das pessoas para o trabalho pretendido. Passado o encontro, a DRADS passou a trabalhar na criação de um grupo de referência regional, com representantes dos 10 municípios, convidando os nomes apontados no questionário como sendo os responsáveis pela vigilância nos municípios para participarem de duas oficinas sobre o tema.

As oficinas foram ofertadas, e ao final da segunda, formou-se o “coletivo de vigilância socioassistencial do Alto Tietê”, que elegeu, neste mesmo dia de trabalho, como conclusão das atividades, os três pontos prioritários a serem perseguidos no ano de 2018, sendo eles: 1. Construir o Plano de Monitoramento e Avaliação dos municípios; 2. Instalar a Vigilância Socioassistencial nos órgãos gestores; 3. Padronizar instrumentos de coleta de dados.

Ainda assim, mesmo depois de três dias de trabalhos sobre o tema (encontro e oficinas), foi somente após a capacitação do PMAS 2018, onde a DRADS fez uma apresentação básica e conceitual sobre o tema, que alguns gestores e alguns técnicos passaram a realmente entender o que é a Vigilância Socioassistencial, e, percebendo sua importância, apoiaram ainda mais a criação do Coletivo.

A estrutura dos encontros foi acordada como sendo de formação e de execução, ou seja, a ideia era trazer experiências de fora e, a partir delas, construir a Vigilância na região. Para tanto, convidamos representantes de Campinas (Gisleide de Abreu), um município mais avançado no tema, para nos mostrar como se deu a construção da Vigilância em seu território, sendo uma formação de extrema importância e estímulo para as atividades futuras. Alguns encontros mais tarde, contamos com a presença de Guilherme Pallerosi, funcionário da SEDS, para falar sobre um documento por eles criado. E, para além desse documento, ele nos trouxe outras formas de enxergar os dados, e nos abriu a mente para o autoconhecimento, de maneira a vislumbrarmos que não havia como falar de Vigilância Socioassistencial sem o prévio conhecimento de sua rede, de seu território e das variadas fontes de dados.

A partir daí o GT mudou a perspectiva dos trabalhos, partindo primeiramente para a execução de tarefas/trabalhos e, posteriormente, e apenas em caso de extrema necessidade coletiva, faríamos encontros de formação, pois percebemos que a melhor forma de consolidar a Vigilância Socioassistencial é colocando-a em prática, aos poucos, e partindo de ações simples, mas de grande impacto no território. Percebeu-se também, que trabalhar a criação de um Plano Municipal de Monitoramento e Avaliação é tarefa futura, para depois da consolidação das práticas de vigilância. Como uma forma de formalizar e organizar os trabalhos já executados pelo município.

Já, a criação dos instrumentos padronizados, essa sim é uma ação de extrema importância para que possamos traçar diagnósticos regionais, bem como para trabalharmos em grupo, ou seja, um município apoiando o outro. Essa etapa deve ter início a partir de novembro deste ano.

Desde os primeiros encontros, o Coletivo se propôs a fazer um documento que pudesse “comprometer” os gestores com a Vigilância, surgindo assim o “Protocolo de Intenção e Compromisso de Implantação e Manutenção da Vigilância Socioassistencial no Alto Tietê” (documento este, que foi assinado pelos 9 Gestores Municipais presente no 2º Encontro de Vigilância Socioassistencial do Alto Tietê, realizado em 18/09/2018, e pelo 10º gestor em 04/10/2018, pois este não pode estar presente no evento). Tal documento é um marco na história da região, e um exemplo de que a união dos trabalhadores do SUAS é a ferramenta mais importante para a construção de políticas públicas efetivas e de qualidade.

---





## **Mesa 3 - Ferramentas do Estado para vigilância socioassistencial**

A mesa denominada “Ferramentas para a realização da Vigilância Socioassistencial”, foi composta por representantes de todas as áreas técnicas da Coordenadoria de Gestão Estratégica, responsável pela organização da Vigilância Socioassistencial na pasta.

O objetivo da mesa foi a de apresentar as ferramentas existentes na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e suas finalidades e de que forma as mesmas podem subsidiar a Vigilância Socioassistencial, armazenando informações relativas às necessidades de proteção socioassistencial da população e as características e distribuição da rede de proteção social instalada para a oferta de serviços e benefícios.

Foram apresentadas as seguintes ferramentas: CADUNICO/Portal Social; Sistema de Integração de Dados Business Intelligence (BI); PMAS – Plano Municipal de Assistência Social e Sistema Pro Social Módulo/Instituições

O propósito não era a de apresentar a operacionalização destas ferramentas, uma vez que algumas delas já eram de conhecimento prévio dos técnicos das DRADS, mas sim a de expor as suas características, utilizando-se uma metodologia expositiva e dialogada. Ao final das exposições de cada uma das ferramentas, houve os esclarecimentos de dúvidas dos participantes.



---

### **Ferramenta I: Portal Social Paulista e Cadastro Único**

*Apresentação: Shirley de Medeiros Dantas*

Considerando que houve troca nas gestões das Diretorias Regionais e acordado pela equipe de trabalho de vigilância, foi feita uma breve apresentação do Portal Social Paulista e Cadastro Único do Governo Federal, com o objetivo principal de uniformizar as informações cadastrais captadas pelos entes de governo. As informações cadastrais são importantes ferramentas da Vigilância Socioassistencial, para mapeamento das desproteções sociais vivenciadas pelas famílias e seu alcance aos serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais.

A apresentação do Portal Social, teve como principal objetivo demonstrar os critérios de priorização de cada programa e dos benefícios disponibilizados pelo estado para as gestões municipais, cuja base é o Cadúnico. A função do Portal Social é a seleção da lista de potenciais beneficiários, tais como, unificação de cadastros, otimização de tempo e recursos financeiros, aumento da cobertura com focalização do cadastro das famílias mais vulneráveis, qualificação dos dados cadastrais, dentre outros.

Com relação ao Cadastro Único, apresentou-se um recorte do Estado de São Paulo em números quantitativos de famílias cadastradas, postos de cadastramento, e cobertura. Foi possível observar que houve um aumento na taxa de atualização

cadastral no Estado de São Paulo, após a implementação do Portal Social Paulista. Avaliou-se que o próximo passo é a o aprimoramento da cobertura cadastral. Destaca-se que o cadastramento diferenciado no Estado vem, entre outros aspectos, a identificação dos grupos populacionais tradicionais e específicos, possibilitando trabalhar com essas famílias que estão em dupla invisibilidade, além da pobreza decorrente da dificuldade de acesso, o déficit de reconhecimento e preconceitos raciais, étnico, dentre outros.

Outro ponto imprescindível para acompanhamento das gestões estaduais, trata-se da melhoria da informação cadastrada, graças ao acompanhamento e qualificação dos dados do Cadúnico elaborada pelo B.I (Business Intelligence), que vem identificando em listas nominais muitos erros de digitação que implicam diretamente na concessão dos benefícios das famílias e apontamos para a diferenciação da atualização cadastral para a revalidação cadastral. Neste aspecto, também é importante ressaltar as capacitações para os novos gestores, que minimizam problemas do entendimento sobre conceitos e operacionalização do Cadastro Único, que hoje é utilizado para gestão dos Programas Sociais da “*pasta*”, além dos mais de 30 Programas Federais que utilizam a base do Cadúnico.

A vantagem da utilização de uma única ferramenta de gestão permite identificar as principais vulnerabilidades no território de forma mais segura, conhecendo a realidade das famílias inseridas no Cadastro Único, tais como informações sobre acesso a serviços de forma que possamos trabalhar as principais vulnerabilidades da região, que podemos acessar o Portal que utiliza a base e disponibiliza relatório mensal de monitoramento dos programas de transferência de renda, dentre outras ações de apoio nas gestões dos Municípios e na identificação das áreas prioritárias.



## **Ferramenta II: Sistema Pro Social Módulo/Instituições**

*Apresentação: Liliana Millan de Brito*

A apresentação do Sistema Pro Social Módulo/Instituições no I Encontro de Vigilância Socioassistencial para técnicos da SEDS teve como um dos objetivos principais, a de expor este sistema, como uma das ferramentas do Governo do Estado de São Paulo, na qual são armazenados os dados cadastrais das organizações públicas e privadas do Estado de São Paulo.

O propósito da apresentação foi expor as características das ferramentas existentes na SEDS, considerando a troca recente de muitos gestores e técnicos das DRADS. Iniciamos a apresentação com a conceituação do Sistema Pro Social e a legislação que a norteia e em seguida a explanação do objetivo geral. Em seguida, detalhamos a existência das Resoluções da SEDS, específicas para o cadastramento de entidades e organizações de assistência social, bem como do cadastramento de Programas, Projetos e Serviços, ofertados por organizações de outras áreas de atuações. As características da ferramenta foram traçadas, visando o conhecimento das peculiaridades, bem como as possibilidades do cadastramento das organizações privadas.

As competências do Grupo de Gestão de Cadastros em relação ao Sistema Pro Social Módulo/Instituições foram detalhadas, assim como as competências das DRADS frente a inclusão e atualização cadastral das organizações públicas e privadas, tendo como objetivo, a diferenciação e delimitação das competências entre o Gestor do Sistema na SEDS e o Gestor do Sistema nas DRADS.

Um dos aspectos evidenciados nesta apresentação, foi o das formas de acesso para a inclusão cadastral no Sistema Pro Social Módulo/Instituições, tanto pelas organizações, como pelas DRADS, em razão da utilização de sites diferentes para a inserção dos dados cadastrais. Como este encontro foi específico da Vigilância Socioassistencial, houve a necessidade de efetuarmos uma correlação entre os dados disponíveis no Sistema Pro Social Módulo/Instituições e a Vigilância Socioassistencial. Esta relação foi efetuada, tendo como parâmetros, os objetivos da Vigilância Socioassistencial e a contribuição que a ferramenta pode disponibilizar para a efetivação da proteção social e dos direitos socioassistenciais.

Ao final da explanação, apresentamos um levantamento do total de organizações de assistência social do Estado de São Paulo, cadastradas no Sistema Pro Social Módulo/Instituições e com o status de ativas no sistema,

---

### **Ferramenta III: O sistema PMASweb como ferramenta de vigilância socioassistencial**

*Apresentação: João Jorge Dér Filho*

A história do Plano Municipal de Assistência Social Web se inicia em 2004, quando a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolveu e implantou no Estado de São Paulo o sistema PMASweb, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), tendo como principal objetivo apoiar os municípios em suas gestões da política de Assistência Social e de suas novas diretrizes e normativas.

O sistema teve como uma de suas funções iniciais registrar os valores dos recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social aos municípios paulistas, primeiro através de convênio único com cada município, e posteriormente através de repasse direto Fundo a Fundo. Até hoje o PMASweb permanece como parâmetro para controle dos recursos de cofinanciamento estadual para a Assistência Social. Outra característica inata a este sistema foi a de induzir a organização da gestão municipal a uma cultura de planejamento, estabelecendo-se nesta função em razão do trabalho continuado de diversos setores da SEDS – em especial das Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS) - que desenvolveram capacitações, seminários, encontros, grupos de trabalho e revisões, sempre com a participação de técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais.

Nos anos subsequentes, com seu aperfeiçoamento tecnológico e conceitual, o PMASweb tornou-se uma das principais ferramentas de informação para planejamento

e gestão municipal e estadual, integrando e sistematizando milhares de informações sobre os municípios paulistas em uma única base de dados e disponibilizando essas informações de maneira rápida e transparente através de dezenas de relatórios com níveis de abrangência municipal, regional e estadual.

O preenchimento das informações foi feito anualmente de 2009 até 2017 e, a partir de 2018 passou a ser quadrienal, com atualizações continuadas e uma atualização obrigatória por ano. O registro das informações se dá através de oito blocos, conforme segue:

Bloco 1 – Identificação, com dados cadastrais da prefeitura, do órgão gestor da Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social, além da relação dos conselhos de direitos existentes no município.

Bloco 2 – Diagnóstico socioterritorial, com indicadores demográficos, de vulnerabilidade social e sobre a rede de atendimento socioassistencial, além da análise e interpretação destes dados feita pelo próprio município.

Bloco 3 – Rede de proteção social, com informações sobre cada um dos serviços socioassistenciais que compõem a rede de proteção social, direta e indireta, além de informações específicas sobre programas, projetos, transferência direta de renda, benefícios eventuais, e da integração destas ofertas.

Bloco 4 – Interfaces com outras políticas públicas, com informações acerca das interfaces que existem no município entre a Assistência Social e outras políticas públicas, apresentando um panorama geral sobre as articulações com as políticas de Educação, Saúde, Segurança alimentar e nutricional, e Emprego, trabalho e renda.

Bloco 5 – Financiamento, apresentando um resumo consolidado sobre os valores dos cofinanciamentos dos três entes (município, estado e união) para a operacionalização e gestão da política de Assistência Social, detalhando a previsão de utilização dos recursos financeiros repassados pelo estado ao município através do sistema Fundo a Fundo.

Bloco 6 – Planejamento, onde são elencadas as principais ações que o município planeja realizar no período de 4 anos, incluindo uma breve descrição de cada uma delas, seus objetivos, etapas, metas e previsão de custo.

Bloco 7 – Vigilância, monitoramento e avaliação, com uma visão geral sobre as ações de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial realizadas no município.

Bloco 8 – CMAS, com informações cadastrais do Conselho Municipal de Assistência Social, e o registro do parecer final e das deliberações do CMAS sobre as informações registradas no sistema.

O que existe no PMASweb que se refere à Vigilância Socioassistencial? Com base nas referências da PNAS e da NOB SUAS 2012, depreende-se que a Vigilância Socioassistencial se organiza a partir de dois eixos que se articulam para produzir a visão de totalidade; são eles: a) a vigilância de riscos e vulnerabilidades; b) a vigilância sobre os padrões dos serviços. A partir destes dois eixos articulam-se, de um lado, as informações relativas às demandas ou necessidades de proteção socioassistencial da população e, de outro lado, as características e distribuição da rede de proteção social instalada para a oferta de serviços e benefícios. A análise da adequação entre 16 as

necessidades da população e a oferta dos serviços e benefícios deve, necessariamente, estar baseada nos territórios.<sup>2</sup>

Considerando esta organização da vigilância socioassistencial, o PMASweb apresenta diversas informações bastante úteis para a operacionalização do trabalho desenvolvido por este setor. Com relação à vigilância de riscos e vulnerabilidades, existe um bloco com informações específicas sobre o diagnóstico socioterritorial, trazendo 20 indicadores sintéticos para cada município, e dados registrados pelo próprio órgão gestor sobre as situações de risco e vulnerabilidade mais graves que estão presentes no município, e também sobre a presença ou não de comunidades tradicionais ou grupos específicos, além de um detalhado rol de dados sobre os recursos de cofinanciamento dos três entes federados para cada serviço, programa, projeto e benefício.

Com relação à vigilância sobre os padrões de serviços, o PMASweb contém dados sobre os mais de 11.000 serviços socioassistenciais ofertados no território do Estado de São Paulo, proporcionando consultar a localização e distribuição territorial destes serviços, a capacidade de atendimento da rede e a média de usuários atendidos, além das macroações do trabalho social desenvolvido, com desagregação das informações até o nível de cada serviço. Além disto, o sistema também armazena dados básicos sobre programas - de transferência de renda ou não – projetos, benefícios eventuais e benefícios continuados.

Sob outro aspecto da vigilância, existem informações de cada município sobre a existência ou não de equipe específica de vigilância socioassistencial no órgão gestor da Assistência Social, além de um outro bloco de informações especialmente para registro das ações das equipes de vigilância, monitoramento e avaliação. O PMASweb disponibiliza as informações tanto por cada município como também as agrega, através de relatórios, para as regiões de abrangência das DRADS, regiões metropolitanas, macrorregiões (conjuntos de DRADS), por porte dos municípios, por nível de gestão no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou por todo o Estado.

Existem três tipos de relatórios disponíveis no sistema: descritivos, quantitativos e cadastrais. Os primeiros trazem informações sobre CRAS, CREAS, Centros Especializados para pessoas em situação de rua, serviços socioassistenciais, programas, organizações da sociedade civil e vários outros, nominando a quais municípios e DRADS elas se referem. Os relatórios quantitativos, por sua vez, informam apenas as quantidades de municípios ou serviços de acordo com a variável escolhida. Já os relatórios cadastrais geram informações de endereço e contato para todas as prefeituras, órgãos gestores da Assistência Social, conselhos e todos os tipos de serviços socioassistenciais.

Todos os perfis de acesso ao sistema possuem permissão para consultar todos e qualquer destes relatórios, sendo possível gerar arquivos em excel a partir de sua visualização na tela do computador. Oportuno lembrar que conhecimentos acerca da utilização do aplicativo excel como tabelas, tabela dinâmica, fórmulas e gráficos, são essenciais para as equipes de vigilância socioassistencial para a correta utilização e

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, 2013.

elaboração dos dados não só do PMASweb, mas para quaisquer outros dados que venham a ser utilizados.

O conteúdo destes relatórios proporciona às equipes de vigilância socioassistencial importantes análises a respeito dos municípios e suas redes de proteção social, ou ainda sobre as situações de risco social ou vulnerabilidade que atingem os territórios, através da interpretação minuciosa dos diversos dados disponibilizados. É preciso lembrar, no entanto, que para a correta interpretação e plena utilização destas informações pela área de vigilância socioassistencial é imprescindível conhecer amplamente as normativas concernentes à política de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social.

---

## Ferramenta IV: SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE DADOS BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

*Apresentação: Priscila de Souza*

O que é o BI? Business Intelligence é uma ferramenta de gerenciamento e organização do Sistema de Integração de Base de Dados, na ferramenta Cognos da IBM, voltado para o monitoramento e avaliação da Política Social no Estado de São Paulo. Esta ferramenta foi implantada entre 2012 e 2013, para inserção de 8 bases de dados:

1. CadÚnico
2. Folha de pagamento do Bolsa Família
3. Censo IBGE (2000 e 2010)
4. PMAS 2012
5. Pró-Social – Módulo Beneficiários
6. Pró-Social – Módulo Instituições
7. Aplicativo Renda Cidadã
8. Aplicativo Ação Jovem

Daí seguiu-se algumas mudanças, primeiramente na tentativa de contratar novamente a Prodesp, para continuidade do trabalho (2013); seguida do estudo de viabilidade de contratação externa via processo de licitação (CGE e DNI) (2014); licitação para nova contratação (final 2014); e por fim a contratação da Scala IT para reestruturação do BI (2015). Que implementou a revisão da modelagem das 8 bases de dados, além de inserir novas bases de dados: Financeiro (Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios); PMAS 2013 a 2017; Bom Prato; Viva Leite; MSE Web; Censo Suas 2012 a 2014.

A aplicação de ferramenta de qualidade de dados (quality stage) e o desenvolvimento de relatórios gerenciais pré-formatados. Dentre esses relatórios foram construídos 27 para a Base CadÚnico e 4 para a base Bolsa Família em formato Excel e PDF, esses já estão sendo utilizados pelos Grupo de Gestão de Cadastro e Grupo de Gestão do SUAS da (CGE) e Grupo de Gestão do Programa Bolsa Família da (CDS) CadÚnico (27) e Bolsa Família (4).

Está em Processo de implantação a ampliação de relatórios gerenciais pré-formatados direcionados às necessidades das áreas: Financeiro Sala de Situação, MSEweb, Pró Social Instituições, Bom Prato e evolução histórica anual para o PMASweb. Outras bases de dados estão sendo estudadas para inserir no sistema de Integração de Dados Business Intelligence (BI): Portal Social e PMASweb Quadrienal (2018 - 2021).

Para o pleno uso do sistema é necessário ampliar a rede informatizada da SEDS, principalmente a capacidade de servidores de dados, só assim será possível a disponibilização dos relatórios de maneira online; a atualização da versão, com geração de painéis de gestão e a inclusão do georrefenciamento. No momento, nosso esforço tem sido a orientação do uso dos dados disponíveis pelas áreas gestoras da SEDS para qualificação da informação e disponibilização dos dados regionais.



## **Oficinas para aprimoramento técnico da vigilância socioassistencial**

Durante o encontro foram realizadas três oficinas. A primeira foi a Roda de Conversas, para proporcionar um espaço de diálogo entre todos os participantes acerca da Vigilância Socioassistencial. No segundo dia, ocorreu a Oficina de Diagnóstico Socioterritorial e a Oficina de Indicadores Sociais. Por serem oficinas mais práticas, elas foram pensadas para apenas um representante por DRADS e coordenadoria.

Esse capítulo abordará o objetivo de cada oficina e o resultado das Rodas de Conversa, que nortearam o planejamento das ações futuras. No anexo, o material utilizado nas oficinas de Diagnóstico Socioterritorial e de Indicadores Sociais.

---



### **Oficina de Indicadores Sociais**

*Coordenação: Edilson do Carmo*

O objetivo principal foi a abordagem do conceito de indicadores, riscos e vulnerabilidades e de que forma pode ser utilizado na área de Vigilância Socioassistencial. E também o uso e a função de indicadores, o processo de construção de indicadores, tipos de dados, modelos de métricas, metadados e a importância do georreferenciamento, a leitura e interpretação dos dados através do território.

Os temas foram abordados de forma superficial e introdutória para abranger todos os perfis de trabalhadores e gestores da Assistência Social. Foram expostos os slides durante a apresentação e no final foi aberto um espaço para discussão sobre o tema de indicadores dentro da Vigilância Socioassistencial, de equipes de referência ou técnico que trabalhe com indicadores, destacando a importância de domínio de ferramentas tecnológicas neste processo e do conhecimento básico em estatística para o trabalho com dados e indicadores.

**Material completo no site <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br>**

---



### **Oficina de Diagnóstico Socioterritorial**

*Coordenação: Guilherme Palerosi*

A Oficina de Diagnóstico Socioterritorial aprimorou a metodologia de outras oficinas ministradas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica no âmbito das Drads e seus municípios para uma análise regional do estado de São Paulo. A proposta da oficina foi trazer uma seleção de indicadores sociais e de gestão da assistência social, disponibilizados na forma de gráficos que facilitassem a reflexão. Neste primeiro momento foram feitas algumas reflexões gerais sobre o desafio da vigilância



socioassistencial no estado e as possíveis estratégias de atuação do gestor estadual e suas DRADS.

Em seguida, os participantes foram distribuídos em rodas formadas por representantes das diretorias regionais (DRADS) da mesma macrorregião. As rodas estavam dispostas ao redor de um grande mapa da macrorregião, onde foram destacados os territórios municipais, os principais rios e estradas. Enquanto o oficinairo ia mostrando diferentes mapas temáticos do estado e explicando os fenômenos relacionados às vulnerabilidades socioassistenciais, os representantes das mesas iam debatendo as dinâmicas regionais.

O tempo disponível para a oficina não era suficiente para um diagnóstico complexo como este, por isto teve o intuito principal de provocar as DRADS a se organizarem para dar continuidade ao trabalho. Para isto, foram distribuídas cartilhas com um passo a passo para que o mesmo exercício fosse realizado com mais tempo em reuniões de macrorregiões.

**Material completo no site <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br>**

---



## **Oficina Rodas de Conversa sobre Vigilância Socioassistencial**

*Coordenação geral: Nayara Araújo*

A proposta das Rodas de Conversa aconteceu a partir dos temas investigados pelo GT Vigilância Socioassistencial, propiciando um espaço de diálogo onde todos tivessem a oportunidade de participar e dialogar. O objetivo dessa oficina foi identificar os pontos mais latentes acerca da Vigilância Socioassistencial entre os técnicos da SEDS, afim de subsidiar o planejamento das próximas ações de consolidação da Vigilância Socioassistencial no estado de São Paulo. Para isso, foi utilizada a metodologia World Café para proporcionar uma troca acerca dos temas: (i) atuação e operação da vigilância socioassistencial nas DRADS; (ii) fluxo e processo da vigilância socioassistencial na SEDS; (iii) atuação do estado nos territórios, e (iv) vigilância socioassistencial subsidiando planejamento da SEDS. Todos os participantes do Encontro foram convidados a participar da oficina, que foi ministrada por técnicos da CGE, CAS e CDS.

Esse relatório apresentará os principais pontos levantados pelos participantes dentro de cada tema proposto. A CGE, responsável por sua elaboração, não realizou correções ou filtro das opiniões dadas. Portanto, tudo aqui documentado foi dito espontaneamente pelos participantes da oficina.

Como resultado, alguns pontos se destacam como situação problema e possíveis soluções em todos os temas, como a importância do diagnóstico socioterritorial, a necessidade de capacitações, principalmente relacionadas ao uso de ferramentas, a ausência de procedimentos e fluxos de trabalhos claros, entre outros. Essas questões terão, portanto, destaque nos próximos passos, como será apresentado posteriormente.

## **Tema 1: Atuação e operação da vigilância socioassistencial nas DRADS**

*Relatoria: Vanessa Mesquita*

As conversas tiveram cinco principais eixos: (i) infraestrutura, (ii) recursos humanos, (iii) papel da DRADS, (iv) capacitações e (v) diagnóstico.

Com relação a infraestrutura, foi apontado que são necessários equipamentos e estrutura de rede (internet) melhores, que suportem os sistemas e ferramentas utilizados pela vigilância socioassistencial. Além disso, os sistemas precisam ser mais “simpáticos” ao usuário e que dialoguem entre si.

Sobre o RH, as DRADS não possuem equipe suficiente, e a equipe que tem está sobrecarregada. Um dos motivos é a DRADS ter funções que não são da assistência social. Algumas DRADS não possuem técnicos de referência em Vigilância Socioassistencial e um passo importante é buscar pessoas que tenha habilidades e competências e que gostem da área de vigilância socioassistencial. Além disso, é importante que as DRADS possuam um funcionário exclusivo para atuar com vigilância socioassistencial.

As DRADS devem exercer os seguintes papéis, com relação a atuação e operação da vigilância socioassistencial:

- Capacitação continuada em vigilância socioassistencial;
- Ter a vigilância socioassistencial como norte da conversa da SEDS com os municípios;
- Foco na Proteção Social e Vigilância socioassistencial;
- Sede deve produzir dados e análises macros, enquanto a qualificação dos dados deve ficar a cargo das DRADS por aproximação e conhecimento do território;
- Mediação da vigilância socioassistencial nos territórios, e
- Mapeamento dos municípios que realizam ações de vigilância socioassistencial (o que fazem e como fazem)

Para a atuação e a operacionalização da Vigilância Socioassistencial, foi apontado a importância das capacitações continuadas (educação permanente), principalmente no formato presencial. Foi dito, inclusive, que videoconferências não funcionam. São necessárias capacitações dos funcionários das DRADS para sua atuação com vigilância, objetivando a apropriação de conceitos e também cursos de ferramentas como Excel, SPSS e R., para instrumentalizar os técnicos. Deve também ter formações para utilização dos sistemas existentes e uma padronização dos instrumentais. Também foi destacado a necessidade de cursos com metodologias qualitativas, como mapa falado.

Por fim, foi apontado a importância da realização de Diagnósticos Socioterritoriais, tanto para abrangência das DRADS, como das macrorregiões e a utilização dos diagnósticos no Plano Estadual de Assistência Social \_ PEAS.

## **Tema 2: Fluxo e processo da vigilância socioassistencial na SEDS**

*Relatoria: Nayara Araújo*

Não há uma uniformidade com relação ao fluxo de trabalho ideal para a vigilância socioassistencial na SEDS. Porém três pontos foram comuns em todas as salas. O

primeiro é que o fluxo começa pelo diagnóstico. Alguns acreditam que o primeiro passo é a realização do diagnóstico nas DRADS e outros que deva ser feito, primeiro, com as informações macro da sede, centralizadas na CGE. Independente da origem, todas as ações relacionadas a vigilância socioassistencial tem como start o diagnóstico. Seja sua elaboração, seja seu uso como insumo para planejamento de outras ações.

O segundo ponto consensual é sobre a integração, fundamental para que ocorram fluxos e processos na secretaria e a vigilância socioassistencial não produza informações que findem nas próprias áreas técnicas autoras. Foi apontado a forte desarticulação entre as DRADS (espalhadas pelo estado) e a sede (localizada na capital paulista), e mesmo internamente, entre as coordenadorias. Diversas áreas solicitam as mesmas informações para as DRADS, sem conversarem entre si. Alguns desses dados também estão disponíveis nos sistemas existentes na SEDS, portanto não é preciso pedir para as DRADS. E as DRADS recebem solicitação de informações, sem nunca ter um retorno. Ou seja, não há diálogo.

O último ponto em comum é relacionado a importância da informação. As informações devem ser amplamente disponibilizadas e em uma linguagem acessível para a compreensão de todos. Elas precisam também ser menos “frias”, ou seja, não serem apenas dados, mas um retrato que represente efetivamente a realidade. As informações também não podem ser passadas somente no formato de tabelas ou relatórios, mas envolvendo capacitações, reuniões e videoconferências para serem discutidas. Por fim, é importante que as informações sejam organizadas de forma regional, como por exemplo a elaboração de Painéis Sociais regionais.

Além disso, algumas outras questões foram levantadas no debate:

- As DRADS passam muito tempo “apagando incêndios”, e não possuem tempo para realizar ações que são de fato suas atribuições, como a vigilância socioassistencial;
- As DRADS coletam e produzem diversos dados e informações, porém não tem tempo (devido a outras demandas) para sua sistematização e a consolidação da vigilância socioassistencial;
- As DRADS necessitam de capacitações voltadas para a leitura de dados e geração de conhecimento;
- A CGE deve ter o papel de guardião e disparador das informações;
- A CGE deve participar da elaboração de todos os programas da SEDS com o fornecimento de informações para subsidiar as decisões;
- A EDESP deve se articular com as outras áreas para elaborar conteúdos para a educação permanente e prestar apoio para as DRADS.
- A SEDS não precisa de novos sistemas, mas sim se apropriar dos sistemas existentes;
- PMAS não é ferramenta de planejamento e não se pode obter todas as informações de uma única base de dados.
- Os serviços e proteções sociais devem ser pensados a partir da vigilância socioassistencial, e
- Fluxos propostos: (i) DRADS coletam e tabulam as informações, passam para a CAS, que por sua vez deve repassar para as demais coordenadorias; (ii) as DRADS produzem as informações que devem embasar o planejamento delas próprias e de toda a SEDS (PPA, PEAS, etc.), e (iii) a sede deve produzir informações e a DRADS operacionalizar a partir delas.

Como soluções para melhoria dos fluxos da vigilância socioassistencial, as rodas de conversa deram as seguintes propostas:

- Melhoria da parte de informática (rede e sistemas);
- Padronização e melhoria da coleta de dados;
- Sistematização das informações;
- Repensar o uso das ferramentas existentes da SEDS (ampliar utilização para mais pessoas);
- Formalização da vigilância socioassistencial nas DRADS (ex.: implementação de núcleos de vigilância socioassistencial, obrigatoriedade de técnico de referência, corpo técnico com formação qualificada);
- Aumentar o número de parceria entre DRADS e universidades locais.

### **Tema 3: Atuação do estado nos territórios**

*Relatoria: Guilherme Pallerosi*

Para organizar os assuntos abordados nestas mesas, dividimos as falas em três eixos: (i) capacitações, (ii) elaboração e disseminação de metodologias de diagnósticos, (iii) valorização da vigilância socioassistencial.

A capacitação foi citada como um dos principais eixos de atuação entre estado e municípios na condição de atividade permanente e continuada. Também foi citado a necessidade de encontros entre SEDS-DRADS-Municípios. As atividades educativas citadas são as mais diversas, contemplando a multiplicidade de realidades locais, que demandam conteúdos mais básicos para atuação nesta área, como conceitos, fontes de dados, ferramentas essenciais, como o Excel, mas também conteúdos mais avançados, como a interpretação de indicadores e mapas, a elaboração diagnósticos participativos, metodologias qualitativas e quantitativas, softwares livres de georreferenciamento, SPSS, R, etc.

Definimos aqui o eixo de elaboração e disseminação de diagnósticos socioterritoriais como uma diversidade de citações envolvendo a necessidade de produção e disseminação de metodologias, indicadores sociais e de gestão, perfis populacionais, assim como elaboração e análise de mapas. Sobre a importância dos diagnósticos, destacou-se a ruptura com a série histórica (isto é, otimizar os recursos financeiros em ações realmente necessárias naqueles territórios), a estimativa e o mapeamento das demandas, o perfil dos usuários, o impacto dos programas e o planejamento dos municípios. Com relação aos indicadores e formas de acompanhamento territorial, foi destacado as particularidades de cada DRADS e a necessidade de um instrumento para saber sobre onde deve haver o foco de trabalho da SEDS. Além disso foi muito citado a importância de mapas e dados georreferenciados, assim como outras metodologias qualitativas, como o mapa falado.

A valorização da vigilância veio em diversas falas, como ações de articulação e disseminação de informações, iniciativas para desmitificar a área de vigilância, fomentar a elaboração de materiais instrutivos que ajudem a dar diretrizes e organizar o fluxo de trabalho. Entre as falas destacou-se o incentivo a formação de equipes e núcleos de vigilância nas DRADS e nos municípios maiores e/ou mais complexos, assim como um maior envolvimento do CMAS. Outra linha de ação citada relaciona-se a criação de leis e decretos, protocolos, normas técnicas que auxiliem os trabalhadores e evite que área

seja abandonada nas mudanças de gestão. A valorização da área tem como objetivo geral a garantia de que o conhecimento técnico se sobreponha aos interesses políticos e particulares.

Ao falar sobre a relação do ente estatal com os municípios pudemos observar diferentes visões e concepções sobre os papéis do estado, hora diagnosticando e planejando ações conjuntamente, e horas capacitando os municípios. No entanto, independente das estratégias, o papel do estado sempre aparece, ora como fomentador da área, padronizando e sistematizando ações locais, e ora como ente regional, conduzindo municípios segundo suas características territoriais.

#### **Tema 4: Vigilância socioassistencial subsidiando planejamento da SEDS**

*Relatoria: Edílson do Carmo*

A vigilância socioassistencial deve ser priorizada nos planejamentos realizados na SEDS, tanto no âmbito macro quanto no regional. A vigilância socioassistencial deve fornecer subsídios para os planos estaduais, os de providência e de apoio; e também fornecer informações sobre os serviços socioassistenciais de acordo com a abrangência da região da DRADS. Para isso, é importante:

- Melhorar o fluxo de processos, informações e dados de forma horizontal entre a sede e as DRADS
- Consolidar e organizar os dados da SEDS
- Padronização na coleta, procedimentos e processos das informações
- Esclarecimento conceitual e de funcionalidade do termo vigilância socioassistencial e orientações técnicas específicas sobre vigilância socioassistencial
- Definição do papel da DRADS e da sede na vigilância socioassistencial
- Capacitação e educação permanente
- Criação do núcleo de vigilância socioassistencial (para quem não possui) e reestruturação para quem possui
- Maior participação e contribuição do Conselho Estadual (CONSEAS) na vigilância socioassistencial
- Articulação e Contribuição com os Conselhos Municipais de Controle Social em relação a temática da vigilância socioassistencial
- Ampliação de recursos (RH, equipamentos, financeiros) para a melhoria da atuação da vigilância socioassistencial (DRADS e sede)
- Produção e disseminação de dados regionais da DRADS pela sede e o processo inverso, a DRADS fornecer dados para a sede (“via de mão dupla”)
- Apoio as equipes de vigilância socioassistencial sobre os instrumentos e ferramentas metodológicas de atuação no território
- Capacitação em Excel
- Construção de bons indicadores de acordo com o diagnóstico socioterritorial
- Melhoria das informações do PMAS (qualificação), pois existem distorções
- Escuta qualificada das DRADS
- Criação de instrumentais para análises de impactos (seguranças socioassistenciais)
- Aprimorar o SigSUAS
- A vigilância socioassistencial deve fazer parte e estar dentro do orçamento

A vigilância socioassistencial deve oferecer orientações técnicas e subsídios (diagnóstico socioterritorial) para o planejamento das aplicações de recursos financeiros e humanos de acordo com a demanda territorial (georreferenciamento). A partir dos dados por ela produzidos, também tem o papel de qualificar o planejamento dos serviços e as especificidades de cada território e usuários, reordenando a oferta de acordo com a demanda. A vigilância socioassistencial, ainda, atua na (i) definição de estratégias, (ii) diagnóstico e monitoramento das ações executadas e (iii) na definição de mediação da leitura da realidade e os indicadores presentes no território.

Por fim, o planejamento deve ter como referência o Pacto de Aprimoramento do SUAS.



## **Avaliação do Encontro de Vigilância Socioassistencial**

Em linhas gerais, o resultado dos debates em grupos, fóruns ou oficinas, enfatizaram a importância de melhorar os fluxos e processos de trabalho na Seds, uma vez que a disseminação de informações deve alcançar todas as áreas interessadas. O trabalho de produção de conhecimento deve ‘conversar’ com a realidade, isto é, cruzar sobre a realidade dos territórios às tomadas de decisão e planejamento estratégico. Para tanto, as análises devem ser disponibilizadas de forma local e regional, dando diretrizes de ação aos trabalhos técnicos. As informações precisam subsidiar o trabalho das coordenadorias e das DRADS. Nessa perspectiva, também é preciso criar mais espaços de diálogo.

Durante o evento ficou claro a sobrecarga de trabalho perante um quadro de recursos humanos escasso, dificultando a disponibilidade de técnicos de referência para vigilância socioassistencial. Os recursos humanos devem ser melhor capacitados e qualificados para exercer a vigilância socioassistencial. Foi destacado a necessidade de selecionar pessoas com perfil para esta área, que gostem de trabalhar nessa função.

Destaca-se a importância de capacitações dirigidas às Drads, para que sejam multiplicadas aos municípios e que se intensifique o diálogo com os territórios de suas regiões. O formato das capacitações deve ser prioritariamente presencial, com realização de oficinas que facilitem a apropriação do conceito de vigilância e a instrumentalização do aprendizado de leitura dados, de fontes de informação, de acesso a mapas e a sistemas diversos. A secretaria estadual deve trabalhar de forma descentralizada, com mecanismos para a qualificação dos dados produzidos pelas próprias Drads.

Para diagnósticos socioterritoriais é essencial utilizar a mesma base de indicadores, evitando a sobreposição de dados, padronizando procedimentos e processos. Outra abordagem relacionada aos diagnósticos superem as análises das séries históricas, identificando outros dados, como áreas de risco, perfil dos usuários e outros indicadores úteis para o dia a dia da gestão municipal, para que se possa visualizar melhor a gestão. Para fomentar a vigilância socioassistencial no Estado, é importante investir em georreferenciamento, institucionalizar a vigilância socioassistencial nos municípios, envolver os conselhos municipais e contratar consultorias especializadas nessa função.

É preciso incluir, no planejamento das ações de educação permanente, diversos formatos de capacitações contínuas de vigilância socioassistencial para os municípios, considerando a troca de gestores. Essas ações formativas podem ser customizadas, a exemplo de videoaulas, tutoriais etc.

A vigilância socioassistencial também deve subsidiar a elaboração de os planos de providências, integrando dados e análises com sistema de gestão de informações da gestão de assistência social \_ SigSUAS. Outra proposta foi a estruturação de núcleos de vigilância socioassistencial regionais, gerando dados regionais para os serviços.

Para mais informações, sugestões ou dúvidas, entrar em contato por meio do e-mail: [gvtvigilanciasocioassistencial@gmail.com](mailto:gvtvigilanciasocioassistencial@gmail.com) ou no telefone (11) 2763.8292.